

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Tânia Mara Cruz

E-mail:

taniamara.cruz@gmail.com

Instituição: Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil

Submetido: 25/06/2020

Aprovado: 19/12/2020

Publicado: 02/08/2021

 10.20396/rho.v21i00.8660223

e-Location: e021039

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023): CRUZ, T. M.; BUSS-SIMÃO, M. Presenças e ausências de gênero e sexualidade na formação inicial em pedagogia das IES comunitárias de Santa Catarina. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-29, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8660223>. Acesso em: 02 ago. 2021.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



PRESENCAS E AUSÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO INICIAL EM PEDAGOGIA DAS IES COMUNITÁRIAS DE SANTA CATARINA



Lattes

Tânia Mara Cruz*

Universidade do Sul de Santa Catarina



Lattes

Márcia Buss-Simão**

Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO

O texto apresenta dados de uma pesquisa que busca compreender, criticamente, dentro dos marcos históricos de uma práxis feminista e acadêmica, contradições que permeiam a presença e a ausência dos estudos de gênero e sexualidade na formação inicial em Pedagogia das Instituições de Ensino Superior Comunitárias de Santa Catarina ligadas à Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE). Nessa pesquisa, de cunho documental, norteadas pela concepção teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético, analisaram-se os dados de ementas dos currículos disponíveis em sítios oficiais das IES, nos anos de 2014 e 2018. As análises apresentadas sobre a presença e ausência de conteúdos de gênero e sexualidade nos cursos de formação inicial de Pedagogia nas IES revelam mais ausências do que presenças, o que é um alerta, ainda mais em um momento de perda de direitos sociais e crescimento da onda conservadora e fundamentalista que tem, nas questões de gênero e sexualidade, seu alvo principal.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero e sexualidade. Formação inicial. Pedagogia. IES comunitárias.

PRESENCES AND ABSENCES OF GENDER AND SEXUALITY IN THE INITIAL TRAINING IN PEDAGOGY OF COMMUNITY IES IN SANTA CATARINA

Abstract

The text presents data from a research that seeks to critically understand, within the historical frameworks of a feminist and academic praxis, the contradictions that permeate the presence and absence of gender and sexuality studies in the initial formation Pedagogy of Santa Catarina Community Higher Education Institutions linked to the Santa Catarina Association of Educational Foundations (ACAFE). In this documentary research, guided by the theoretical-methodological conception of historical-dialectical materialism, we analyzed data from curriculum menus available on IES official websites in 2014 and 2018. The analyzes presented on the presence and absence of gender and sexuality content in the initial training courses of Pedagogy in IES reveals more absences than presences, which is a warning, especially at a time of loss of social rights and growing conservative and fundamentalist wave that has, in issues of gender and sexuality, its main target.

Keywords: Gender and sexuality. Initial formation. Pedagogy. Community IES.

PRESENCIAS Y AUSENCIAS DE GÉNERO Y SEXUALIDAD EN LA FORMACIÓN INICIAL EN PEDAGOGÍA DE LAS COMUNIDADES EN SANTA CATARINA

Resumen

El texto presenta datos de una investigación que busca comprender críticamente, dentro de los hitos históricos de una praxis feminista y académica, contradicciones que impregnan la presencia y ausencia de estudios de género y sexualidad en formación continua en Pedagogía de las instituciones comunitarias de educación superior de Santa Catarina vinculada a la Asociación de Fundaciones Educativas de Santa Catarina (ACAFE). En esta investigación documental, guiada por la concepción teórico-metodológica del materialismo histórico-dialéctico, analizamos los datos de los menús curriculares disponibles en los sitios web oficiales de IES, en 2014 y 2018. Los análisis presentados sobre la presencia y ausencia del contenido de género y sexualidad en los cursos de educación inicial de Pedagogía en el IES revela más ausencias que presencias, lo cual es una advertencia, aún más en un momento de pérdida de derechos sociales y una creciente ola conservadora y fundamentalista que tiene, en los temas de género y sexualidad, su principal objetivo.

Palabras clave: Género y sexualidad. Formación inicial. Pedagogía. IES comunitarias.

INTRODUÇÃO

O estudo aqui apresentado pretende colaborar com o debate sobre a formação inicial nas licenciaturas em Pedagogia a partir da análise da presença de disciplinas com as temáticas gênero/sexualidade nos cursos de Pedagogia das Instituições de Ensino Superior Comunitárias de Santa Catarina vinculadas ao Sistema Acafe¹, localizadas nos currículos disponíveis em sítios oficiais das IES, nos anos de 2014 e 2018, articuladas com pesquisas anteriores quando os dados assim o permitiram². A eleição das IES comunitárias do sistema Acafe se justifica pelo fato de, no Brasil, ser “[...] o setor privado responsável por 74% das matrículas na licenciatura de graduação, presencial, maioria não universitários, oferecida no horário noturno.” (VIEIRA, 2011, p. 255), revelando que essas universidades do sistema Acafe são, no estado de Santa Catarina, as grandes responsáveis pela oferta de formação inicial em Cursos de Pedagogia³.

Ao realizar as análises algumas questões nos preocupavam: qual o contexto da temática de gênero nas políticas públicas a partir dos anos 2000 e como repercutiu na formação inicial de Pedagogia nas IES Comunitárias de Santa Catarina? Seria possível encontrar, nos currículos de Pedagogia, disciplinas relacionadas a gênero e sexualidade e, em caso afirmativo, quais seriam suas ementas? Sendo gênero também um tema transversal, seria sua inserção em disciplinas gerais? A obrigatoriedade estaria presente revelando um protagonismo do tema? Nas pesquisas em educação, as IES Comunitárias de SC têm sido pouco estudadas, mas têm um papel destacado, principalmente no interior do estado; sendo também um estado conservador como se daria a inserção de gênero e sexualidade, tema controverso, nos currículos de Pedagogia? Assim sendo, nos propusemos lançar luz sobre as presenças e ou ausências das temáticas gênero e sexualidade, nos cursos de Pedagogia das IES Comunitárias de SC, tanto nos títulos, quanto nas ementas como nas bibliografias das disciplinas que compõem os cursos e disponíveis em seus sites.

A opção pela perspectiva dialética aqui adotada indica que o objeto e a problemática da pesquisa não serão analisados como objetos fixos e acabados, mas em seu movimento de avanços e recuos em processos contraditórios e de múltiplas conexões sobre as quais buscaremos apreender as dimensões históricas e políticas. Para nós, o materialismo histórico e dialético é, simultaneamente, “[...] uma postura, um método de investigação, e uma práxis, um movimento de superação e de transformação.” (FRIGOTTO, 2001, p. 79). Cabe ressaltar que o processo de seleção de conteúdos dentro de um curso é um processo mediado por relações de poder e de conflito, e contraditoriamente um campo que permite ações conservadoras como de disputas contra-hegemônicas, que desembocam sempre em soluções provisórias, um currículo em movimento, conforme o contexto social e político da construção do currículo em questão. Por esta concepção, esclarecemos que nossa pesquisa é exploratória por permitir uma fotografia de dois momentos, 2014 e 2018, em que tais ementas formalizadas em currículos estiveram disponíveis nos sites dessas universidades, mas ainda demandando futuras pesquisas de aprofundamento que só poderão ser realizadas

por meio de idas a campo e entrevistas sobre o processo histórico que originou cada proposta curricular.

Para essa pesquisa foram analisados os sites de 16 IES comunitárias de Santa Catarina que compõem o Sistema ACAFE⁴, e selecionadas as 14 que ofereciam o curso de Graduação em Pedagogia⁵ durante os anos de 2014 a 2018. Tendo como base a análise de documentos pedagógicos presentes nos sítios das IES Comunitárias, o estudo se caracteriza como pesquisa documental. A análise documental possibilita compreender diferentes temas e contextos, em nosso caso, a implementação (ou não) de políticas públicas relativas ao currículo nas interfaces com gênero e sexualidade.

No intuito de iluminar essa problemática apresentamos nesse texto o contexto do sexismo na educação com pesquisas sobre as discriminações nas relações de gênero, presentes na realidade das creches e pré-escolas da Educação Infantil e escolas do Ensino Fundamental e, em linhas gerais, a história recente das políticas públicas relativas à gênero e formação inicial, que direta ou indiretamente, influenciam as proposições curriculares de Pedagogia, sistematizadas a partir dos resultados encontrados nos sites das IES e, por fim, tecemos nossas análises sobre os dados encontrados⁶.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O SEXISMO NA ESCOLA E SUAS RELAÇÕES COM A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES/AS

Os anos 2000⁷ em diante têm sido marcados pelo intenso debate entre academia, movimentos sociais e órgãos governamentais sobre a formação e qualidade da escola, da creche e pré-escola e, que é tensionado entre duas dimensões, ambas igualmente necessárias a nosso ver. Observa-se uma disjunção de prioridades conforme o tema em disputa. Uma dimensão, a da formação específica em alfabetização/letramento e matemática nos anos iniciais, seguida das demais áreas de conhecimento para os anos finais do Ensino Fundamental e Médio (principalmente física, química e matemática) que aparece como uma demanda forte dos sucessivos governos brasileiros, também pressionados pelos índices de desenvolvimento medidos e divulgados por organismos internacionais. Essa dimensão, ressalvadas as diferenças ideológicas sobre a educação em geral, tem o apoio (crítico) dos movimentos por uma educação de qualidade expressos na parceria academia e movimentos sociais. Outra dimensão, que tem diversos movimentos sociais como principais interlocutores - e aqui nos referimos aos movimentos feministas, negros e LGBT -, tensiona para ressaltar a visão integral do sujeito (criança, adolescente e jovem) e da importância de a educação incluir a preocupação da aprendizagem de valores sociais baseados nos direitos humanos e na visão do espaço escolar como um ambiente cultural de aprendizagem das relações sociais. Essa visão busca apontar que as desigualdades e a violência das discriminações vividas na escola, pré-escola e creche e, fora delas, têm na educação um espaço de disputa contra-hegemônica e, cabe a todos/as escolher qual sociedade se deseja

ter (e formar) no âmbito dos direitos sociais. Na visão das autoras desse artigo compartilha-se da proposição de Nelly Stromquist (2007) de que é na integração e preocupação com ambas as dimensões que se terá, de fato, uma educação pública de qualidade, ressaltando-se a questão de qualidade da educação e gênero.

As características hierárquicas e autoritárias da sociedade capitalista brasileira contribuem para a produção e a manutenção das desigualdades educacionais. Estudos evidenciam que parte das desigualdades na escola, creche e pré-escola estão relacionadas às práticas discriminatórias sobre as diferenças como: binarismos de gênero que reforçam diferenças entre crianças e jovens em habilidades afetivas/verbais/cognitivas, vivências sexuais, corporeidade e uso de espaços; não aceitação de identidades de gênero, de orientação sexual e de arranjos familiares que não convergem com a heteronormatividade. Tais discriminações se articulam, no cotidiano educativo, com outros processos de segregação, constituindo experiências de inferiorização e até exclusão para diferentes sujeitos a partir da intersecção de gênero com raça/etnia e classe. (CARVALHAES; RIBEIRO, 2019; CARVALHO, 2012; FONSECA; SILVA; FERNANDES, 2011).

A pesquisa Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar (BRASIL, 2009c) realizada em escolas públicas de todo o país em 2007 revelou que 99,3% das pessoas demonstram algum tipo de preconceito e avaliou que 38,2% destas têm mais preconceito de gênero mostrando como o contexto educativo ou reproduz as desigualdades ou pouco faz para sua superação. Preconceitos que ainda pesam no senso comum e têm graves consequências, mais ainda, quando esse senso comum está presente entre profissionais da educação. A persistência do sexismo entre professores/as pode ser constatada em alguns exemplos dessa pesquisa que em sua Tabela 64 no Fator 11 com o quesito trabalho informa que: “Há trabalhos que só podem ser realizados por um gênero específico [...]” e apresenta um índice de concordância de cerca de 25% entre professores/as e diretores/as e que sobe para cerca de 34% quando no Fator 12 afirmam: “Trabalho doméstico é tarefa da mulher [...]” (BRASIL, 2009c, p. 114) sendo que esses valores quase dobram entre funcionários, alunos e pais/mães. Tal situação reforça a divisão sexual do trabalho na família e fora dela, situação que pesquisas demonstram não haver mudança entre 2004 e 2014 (SOUSA; GUEDES, 2016) nesse caso, operando como um obstáculo a todo o esforço de luta contra os guetos na educação superior e profissões decorrentes. (CARREIRA, 2015). Desse modo, atuam na contramão da luta de mulheres cientistas que em sucessivos encontros nos anos 2006, 2009, 2013 (BRASIL, 2009b; 2013a) e, em campanhas governamentais, debatem o estímulo para que meninas adentrem na área de exatas, a exemplo de editais como do CNPQ que tem catalisado a luta das profissionais e cientistas dessa área junto à educação básica.

Pesquisas comprovam que sexismo e racismo também deixam marcas entre as crianças negras: meninas negras e baixa autoestima, meninos negros e exclusão escolar (CARVALHO, 2001, 2004; GOMES, 2007; VIANNA; UNBEHAUN, 2006). Estudos sobre as experiências de bebês e crianças negras na creche e pré-escolas de Oliveira e Abramowicz (2010) e Gaudio (2013) e entrecruzamentos de raça e sexo demonstram o quão perversa pode

ser a falta de formação de professores/as e sua relação com a exclusão de meninos e jovens negros na Educação Infantil, no Ensino Fundamental e Médio.

Sobre estudantes que fogem à heterossexualidade compulsória os dados alarmantes só se reafirmaram em pesquisa realizada em 2010, dentro do Projeto Escola sem Homofobia, coordenado pela Pathfinder do Brasil em parceria com a Reprolatina, ABGLT e ECOS denominada Estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em 11 capitais brasileiras. (REPROLATINA, 2011). A pesquisa revelou haver um total desconhecimento dos conceitos de orientação sexual e identidade de gênero, ocorrendo cenas de violência homofóbica durante a própria pesquisa de campo. Apesar de haver um discurso oficial da aceitação da presença de estudantes LGBT na escola, naquele momento, a presença da homofobia era persistente entre muitos sujeitos do ambiente escolar, quer fossem alunos/as, professores/as, diretores/as ou funcionários/as; caberia, segundo entrevistados/as, a cada professor/a, de modo individual, lidar com a diversidade sexual.

Ao observar a produção acadêmica percebe-se um número incipiente de análises sobre a formação de professores na ótica das relações raciais e de gênero no âmbito da formação inicial. (GATTI; NUNES, 2009). Nesse período, buscando preencher essa lacuna, alguns pesquisadores têm se voltado para analisar os currículos da educação superior, entre eles a Pedagogia. (BARLETTO; LOPES; BEVILACQUA, 2010; PESSOA DE CARVALHO; RABAY; MORAIS, 2013; SILVA, 2011; SOARES, 2018; UNBEHAUN; CAVASIN; GAVA, 2010). Entre outras críticas, apontam que as políticas governamentais de educação parecem considerar as “questões das mulheres” como resolvidas porque levam em conta apenas números de participação escolar. Apesar disso, tentativas de superação das desigualdades educacionais e o respeito à diversidade estiveram presentes na agenda das políticas educacionais brasileiras nos governos Lula e Dilma, ainda que nesse último em menor escala.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE ÀS DESIGUALDADES DE GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA NA EDUCAÇÃO

A fundamentação para uma política de respeito às diferenças e de luta contra a desigualdade configurou-se em uma miríade de documentos e programas no período de 2000 a 2016 e que após o golpe contra o governo Dilma Roussef vêm sofrendo sucessivas retiradas, motivadas pela onda conservadora dos governos que lhe sucedeu.

Aos antigos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) foram acrescentados documentos como: o Plano Nacional de Educação (2001-2010, 2010/2014-2024); as Diretrizes Curriculares Nacionais, as Diretrizes para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana (BRASIL, 2004) que em 2012 em conjunto substituíram as Diretrizes Nacionais de 1998 (BRASIL, 2013b); e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos aprovados sucessivamente em 2003, 2007 e e

2012, que apontavam a necessidade dos sistemas de ensino e Instituições de Ensino Superior (IES) inserirem, na formação inicial e continuada de professores, as temáticas relativas à diversidade. A aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura em 15 de maio de 2006 (BRASIL, 2006a) trouxe, explicitamente no item X do art. 5º, a necessidade de o/a egresso/a do curso de Pedagogia estar apto/a a lidar com as diferenças, dentre elas de gênero e escolhas sexuais. Alguns anos depois, em 2010, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica trazem no Art. 43, parágrafo terceiro que o Projeto Político Pedagógico da escola deve contemplar, entre outros itens, as questões de gênero, ainda que exclua esse tema dos conteúdos comuns ou diversificados. (BRASIL, 2010, p. 14).

Nesse quadro os movimentos sociais feministas e LGBT já apresentavam a necessidade de Elaboração de Diretrizes Nacionais para Educação nas Relações de Gênero. (BRASIL, 2006b; CARREIRA, 2015)⁸. O documento Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2006b) expressa as lutas inclusive na educação; e o Plano seguinte, de 2013-2015, cita em seus princípios orientadores a necessidade do apoio aos núcleos de estudos de gênero das universidades públicas e a “[...] inclusão da temática de gênero e diversidade nos currículos da educação básica, o que depende da formação para o magistério em nível superior.” (BRASIL, 2013c, p. 10). Sucessivas conferências municipais, estaduais e nacionais de Educação (CONAES) foram realizadas, mas necessitavam, de fato, uma implementação efetiva e um acompanhamento global das políticas propostas. O CONAE 2010, em balanço apresentado por Laplane e Prieto (2010), traziam em seu bojo, no Eixo VI – Justiça Social, Educação e Trabalho: Inclusão, Diversidade e Igualdade um conjunto de propostas e ainda incluía, em todos os eixos, de modo transversal, as temáticas da inclusão, diversidade e igualdade. Depois, o documento-referência para a CONAE 2014 (2013), mudou a proposta para o Eixo II incorporando as propostas e também a transversalidade do documento anterior.

Ações e programas foram implementados pelo Ministério da Educação com o intuito de fomentar a formação de professoras/es em relações de gênero. Cursos sobre a diversidade sexual, ligados ao Programa escola sem homofobia, ocorreram em todo o Brasil desde 2004. (FERNANDES, 2011). Entre outras questões o Programa Brasil sem Homofobia propunha-se a “Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade.” (BRASIL, 2004). Em função das dificuldades apontadas em 2007 foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD/MEC (transformada em 2011 em SECADI acrescentando a pauta das políticas de inclusão em seu escopo) na qual havia três programas sendo um deles o Programa Educação para a Diversidade e Cidadania cujo objetivo era “[...] reduzir as desigualdades étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual, geracional, regional e cultural no espaço escolar.” (BRASIL, 2009a, p. 58). Dentro desse Programa estavam os cursos de formação de professoras/es por meio da Rede Universidade Aberta do Brasil (UAB) para formação continuada havendo o curso Gênero e diversidade na escola (ROHDEN, 2009). O curso GDE foi realizado em

sucessivos anos como 2006, 2007, 2009, 2010, 2012, e 2013 em alguns estados brasileiros, inclusive em Santa Catarina sob a coordenação da UFSC. Outra ação relevante foi a proposição ao Ministério da Educação de critérios seletivos mais rígidos para os livros didáticos e promoção do Prêmio Construindo Igualdade de Gênero em todos os níveis de educação promovido pela SECAD(I) e CNPQ de 2006 a 2015. Sobre esses programas, que estudos da época e posteriores avaliaram, a necessidade de mudanças curriculares na formação docente inicial nos cursos de licenciatura e, um maior investimento financeiro, nas formações continuadas de docentes e gestores (CFEMEA, 2011) para que houvesse uma alteração significativa nas persistentes desigualdades educacionais da sociedade brasileira. (CARREIRA, 2013; CARREIRA, 2015).

Entre 2010 (ano de apresentação da primeira versão do documento pelo MEC) e 2015 a discussão sobre gênero e educação ganha espaço na mídia em meio ao processo de aprovação do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE). O PNE, sendo um documento regulatório das políticas públicas de educação, estabelece diretrizes e metas a serem cumpridas no período de 10 anos. A proposta que retornou da Câmara dos deputados para a votação final no Senado estabelecia, no inciso III do Art. 2º, a diretriz de “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Em meio a grande polêmica, o projeto de lei foi aprovado e do trecho acima citado, retiraram os termos “gênero” e “orientação sexual”, sob a alegação de que a “ideologia de gênero”⁹ não deveria estar presente na escola. Situação semelhante ocorreu em diversos processos de aprovação dos Planos Estaduais de Educação (PEE) e Planos Municipais de Educação (PME).

A retirada da questão de gênero e orientação sexual demonstra o incômodo de alguns setores religiosos com uma visão mais plural de sexualidade e gênero. A sexualidade, vista e compreendida como algo da ordem do controle, é afrontada. Por isso, a reação”, afirma a socióloga Amanda Mendonça (UFF), que estuda as articulações entre religião e educação. (...) No texto original, estava previsto promover “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. (CLAM, 2014).

Podemos dizer que a exclusão das propostas de gênero, raça e sexualidade no PNE aprovado em 2014 (BRASIL, 2014) é um retrocesso, pois apenas em alguns itens será possível vinculá-las às questões gerais de Direitos Humanos. Na continuidade desse processo de exclusões vivemos a disputa em torno da Base Nacional Curricular Comum, com seus sucessivos cortes até a exclusão total das questões de gênero e seu efeito cascata nas políticas estaduais e municipais com a proposição de retirada da temática que, a exemplo dos questionamentos em Santa Catarina, aguardam ser definidos. Este cenário de retrocesso, marcado pela ofensiva do movimento escola sem partido e sua fusão com o interesse de perseguição às políticas de gênero e sexualidade, tem demandado uma árdua luta de resistência dos setores democráticos brasileiros, entre eles os movimentos negros, feministas e LGBT. (MIGUEL, 2016).

A partir desse breve panorama sobre as relações de gênero e a educação, inserimos a pesquisa aqui apresentada que trata da presença ou ausência de conteúdos de gênero e sexualidade nos cursos de formação inicial de Pedagogia, e, particularmente, nas IES vinculadas ao Sistema ACADE, seja tal presença ou ausência dada a partir do suporte precário da legislação educacional seja à sua revelia, em um momento de perda de direitos sociais e crescimento da onda conservadora e fundamentalista que tem, nas questões de gênero e sexualidade, seu alvo principal.

SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO INICIAL EM PEDAGOGIA

Os mapeamentos realizados nas páginas eletrônicas das IES se deram em dois momentos - nos anos de 2014 e 2018 - em busca de informações que indicassem os cursos/instituições que ofertavam disciplinas relativas a gênero/sexualidade. Procedemos à leitura minuciosa dos documentos abertos ao público a partir das palavras-chave gênero, sexualidade, mulher/es, feminismo, diversidade sexual e orientação sexual; verificamos as matrizes curriculares e as ementas e, quando acessível, incluímos a busca de palavras-chave nas bibliografias e nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). A realização de novo mapeamento no ano de 2018 contribuiu para preencher lacunas da pesquisa realizada no ano 2014.

O mapeamento das palavras-chave sexualidade e gênero foi realizado nos títulos e nas ementas das disciplinas nos anos de 2014 e de 2018. Nesse mapeamento organizamos três situações distintas para 2014 e igualmente para 2018: i) Situação A= Palavra-chave Sexualidade encontrada no título e na ementa; ii) Situação B= Palavra-chave Gênero encontrada no título e na ementa; iii) Situação C= Palavras-chave Gênero e/ou Sexualidade encontradas somente na ementa.

Na situação A, pudemos observar em disciplinas específicas sobre o tema, que sexualidade estava no título e ementa de cinco disciplinas em 2014 e uma é retirada em 2018; na situação B ainda em disciplinas específicas, gênero estava no título e na ementa em três disciplinas, restando apenas uma disciplina em 2018; na situação C, em disciplinas gerais que tratavam de muitas temáticas as palavras-chave gênero e/ou sexualidade estavam presentes nos títulos ou ementas sem ocupar centralidade. Na sequência apresentamos esse quadro síntese e que no decorrer das análises serão desdobrados em outros quadros detalhados.

Quadro 1 – Síntese IES por ano e disciplinas com palavras-chave Sexualidade e Gênero no título e/ou ementa

14 IES	A		B		C	
	2014	2018	2014	2018	2014	2018
UNIDAVI	01	01	-	-	01	01
UNIARP	01	01	-	-	01	01
UNESC	01	01	-	-	-	-
UNISUL	01	01	01	01	-	-
UNOCHAPECÓ	01	-	02	-	-	-
UNIBAVE	-	-	-	-	-	04
UNC	-	-	-	-	01	01
UNOESC	-	-	-	-	01	02
FURB	-	-	-	-	01	01
UNIVILE	-	-	-	-	01	01
UNIPLAC	-	-	-	-	-	-
UNIFEBE	-	-	-	-	-	-
CATÓLICA/SC	-	-	-	-	-	-
UNIVALI	-	-	-	-	-	-
Total	05	04	03	01	06	11

Fonte: Elaborado por Cruz e Buss-Simão (2019).

A= Disciplina específica com descritor Sexualidade no título e na ementa

B= Disciplina específica com descritor Gênero no título e na ementa

C= Disciplina geral com descritor Gênero e/ou Sexualidade na ementa

Para além da busca pelas disciplinas oferecidas nos cursos de Pedagogia das IES da Acafe, realizamos também um levantamento da produção sobre o tema para colocar os dados em diálogo com a produção já existente sobre gênero e currículo, bem como, buscamos reunir as políticas educacionais relativas ao currículo das licenciaturas, com ênfase nos cursos de Pedagogia. Cabe destacar ainda o acesso aos dados do relatório *As políticas de Educação em Sexualidade no Brasil – 2003 a 2008* (ECOS, 2008) que se trata de uma pesquisa de 2008 realizada pela organização não governamental Comunicação em Sexualidade (ECOS)¹⁰ em que produziram um levantamento dos currículos de Pedagogia do Brasil nesse período de 2003 a 2008 sendo os dados relativos a Santa Catarina utilizados por nós nas análises.

Há que se pontuar, previamente, um pressuposto teórico sobre a concepção de currículo: sabemos que as pesquisas revelam distanciamentos possíveis entre o que se apresenta como currículo prescrito, no caso disciplinas, ementas e bibliografias presentes em um PPP e o currículo vivido, que passa pela mediação da oferta ou não da disciplina (em caso de optativa), das experiências docentes em relação aos saberes a respeito dos conteúdos curriculares e, das possibilidades concretas de desenvolvimento dos conteúdos objetivados. Em função disso, o que se pretende discutir aqui é se há ou não a oferta de disciplinas que discutem de algum modo gênero e sexualidade e, se o fazem, como isso é apresentado nos documentos encontrados.

Para as análises optamos por reunir as disciplinas a partir das palavras-chave gênero e sexualidade, porque permitem a apreensão do objeto de pesquisa e uma visualização dos demais termos: mulher/es, feminismo, orientação sexual e diversidade sexual, que foram encontrados sempre junto com a palavra gênero ou sexualidade, mas nunca sem uma delas. A reflexão sobre os dados encontrados é complexa e, não raro, envolve muitos cruzamentos de informações. Em função dessa peculiaridade, optamos por estruturar quadros a partir das palavras-chave gênero e sexualidade que ganharão centralidade em nossas análises.

No Quadro 2 apresentamos as 4 disciplinas obrigatórias e 1 disciplina optativa - com suas ementas – localizadas no conjunto das IES investigadas que oferecem disciplinas com conteúdos específicos sobre sexualidade.

Quadro 2 – Conjunto de disciplinas com a palavra-chave sexualidade no título e na ementa.

(continua)

IES	Nome da disciplina	Ementa	2014	2018	Complemento
UNOCHAPECÓ	Sexualidade Infantil e educação 30h/45h/36h Obrigatória	Conceitualização de sexualidade. A sexualidade na história. Teorias que contribuíram no estudo da sexualidade humana. Sexualidade e cultura. Infância e educação sexual. O papel da família e do educador no contexto da educação infantil em relação à sexualidade das crianças.	Sim	Não	Em 2008 era 30h; em 2014 era 45h; entre 2015 e 2017 caiu para 36h; retirada no currículo novo de 2018
UNIDAVI	Sexualidade em Educação 36h Obrigatória	A evolução da concepção de sexualidade. Desenvolvimento da sexualidade no ciclo vital (crianças, adolescentes, adultos e idoso) nos aspectos biológicos, emocionais e psicológicos. Comportamento da sociedade diante da sexualidade das crianças. Orientação sexual como tema transversal. A sexualidade da criança: fundamentos teóricos e pedagógicos.	Sim	Sim	Mantida no currículo novo de 2018
UNIARP	Educação e Sexualidade 60h	A importância e os limites na transmissão cultural especificamente a cultura da sexualidade. Estudo do	Sim	Sim	Currículo de 2012 manteve-se inalterado

Quadro 2 – Conjunto de disciplinas com a palavra-chave sexualidade no título e na ementa.

(conclusão)

	Obrigatória	desenvolvimento sexual da criança e do adolescente. Uma compreensão da sexualidade humana por meio da visão psicológica e biológica. Situações próprias à sexualidade infantil a partir da descoberta do seu corpo e das diferenças de sexo. Análise e ressignificação dos preconceitos no desenvolvimento da criança a partir da sala de aula.			
UNISUL	Sexualidade e Orientação Sexual: educação, cultura e transformação social 60h Obrigatória	Cultura e natureza. Educação e Cultura. Escola como espaço sociocultural. Interseções de gênero com os demais marcadores sociais como raça/etnia e classe na vivência educativa. Preconceito e discriminação. Alteridade. Sexualidade e Orientação Sexual. Concepções de Sexualidade. Cultura e Sexualidade. Freud, Reich e a sexualidade humana. Identidade de gênero, de sexo e de orientação sexual. Movimentos sociais de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT). Homofobia e heterossexismo. Educação sexual e espaços sociais. Políticas de formação, Parâmetros Curriculares e sexualidade	Sim	Sim	Currículo novo em 2013 vigente até 2018 com duas disciplinas de 60h cada.
UNESC	Educação Sexual 72h Optativa	A sexualidade como característica humana. Abordagem educacional biologicista e histórico-cultural. Cultura e sexualidade. Políticas públicas em educação sexual. Práticas pedagógicas em educação sexual.	Sim	Sim	Currículo de 2009 renovado até 2020

Fonte: Elaborado por Cruz e Buss-Simão (2019).

Numa primeira aproximação aos dados do quadro podemos afirmar que houve a presença de disciplinas obrigatórias sobre sexualidade em apenas 3 (três) universidades UNIDAVI, UNIARP e UNISUL e optativas na UNESC e na UNOCHAPECÓ, sendo que nesta última a disciplina foi extinta em 2018, o que permite inferir que dentro de 10 IES há uma ausência dessa discussão no âmbito da formação inicial dos cursos de Pedagogia do estado.

Vale citar que a UNOCHAPECÓ é uma das IES entre as comunitárias de SC que é mencionada na pesquisa de 2008 realizada pela organização não governamental Comunicação em Sexualidade (ECOS) com a disciplina de 30h (obrigatória) designada como *Sexualidade Infantil e Educação*, disciplina que permanece até 2014, mas com carga horária acrescida para 45h e no ano de 2018 é extinta. Trazendo para o diálogo dados do Relatório Parcial dessa pesquisa a nível Nacional é possível ainda localizar uma segunda disciplina que foi extinta na Universidade do Contestado – UnC. Essa universidade até 2008 oferecia uma disciplina obrigatória sobre sexualidade com carga horária de 60h denominada: *Educação para saúde e Sexualidade* com a seguinte Ementa:

Educação, Saúde e Sexualidade: Conceitos, Fundamentos e Normas; Saúde, Sexualidade e educação sexual nos anos 90: leis e políticas - Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs Proposta Curricular de Santa Catarina, Constituição Federal/ 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente e Organização Mundial da Saúde – OMS; (parte prática 15h) Educação Sexual e Saúde na Escola: A educação escolar e seu potencial para estruturar e fortalecer comportamentos e hábitos saudáveis; Educação cidadã e a promoção da saúde e sexualidade. (ECOS, 2008, p. 17).

Um olhar para o processo vai revelando que, no caso das IES comunitárias de Santa Catarina, mesmo havendo indicativos de políticas públicas para inclusão dessa temática nos currículos de formação inicial e continuada nos últimos anos, as IES seguem na contramão e instauram um processo de retirada das disciplinas específicas sobre essas temáticas nos currículos. Importante demarcar que, entre as cinco disciplinas localizadas, a preocupação de consonância com as políticas públicas aparece somente em duas delas, ou seja: na disciplina obrigatória *Sexualidade e Orientação Sexual: educação, cultura e transformação social*, ofertada no curso de Pedagogia da UNISUL e na disciplina *Educação Sexual*, ofertada somente como optativa no curso de Pedagogia da UNESC.

Entre as cinco (5) disciplinas que compõem o Quadro 2 apenas uma delas, a *Educação Sexual* ofertada no currículo de Pedagogia da UNESC, se apresentou e permaneceu como optativa, o que é um dado parcialmente positivo, pois sabe-se que disciplinas optativas não são cursadas por todos os estudantes, dependendo sempre de fatores circunstanciais: a) ser ofertada b) ter procura de estudantes ou ainda, c) professores disponíveis para ministrar.

Nas demais IES as disciplinas que envolvem a temática da sexualidade e/ou da educação sexual são todas obrigatórias, o que de certo modo demonstra uma preocupação com esse conteúdo e uma garantia de que todos os estudantes do curso terão essas discussões e reflexões na sua formação inicial. Na UNESC e na UNISUL mesmo havendo disciplinas específicas de sexualidade elas dialogam com gênero, demonstrando atualidade da discussão frente às políticas públicas em andamento. No entanto, quando analisamos as demais percebemos um duplo movimento, que é de incorporação e negação ao mesmo tempo, ou seja, para as três IES (UNOCHAPECÓ, UNIDAVI, UNIPLAC) parece haver, nas ementas, uma disjunção histórica entre conteúdos sobre a sexualidade e os conteúdos de gênero. É provável que as disciplinas mais afeitas à discussão de sexualidade talvez sejam herdeiras da tradição da educação sexual desde o início do século XX e que precede feminismos e gêneros, mas que nas décadas de 1980 e 1990 sofreram atualizações culturais dos estudos sobre a sexualidade. (VIDAL, 2008). Todavia, o feminismo é negado nelas. Essas atualizações implicaram em uma visão de sexualidade ligada à saúde e, em alguns casos, agregando-se a psicanálise, mas de modo geral com pouca relação com o conceito de gênero e conteúdos relacionados. Essa mesma contradição aparece inclusive nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) no qual a categoria de gênero aparece muito superficialmente e cujo título, inclusive, era *Orientação Sexual*, na época utilizado como sinônimo de educação sexual tendo um volume incluído como tema transversal.

Em um outro eixo destacamos o distanciamento de conteúdos sobre gênero e sexualidade com os conteúdos do campo da educação sexual em quatro das disciplinas localizadas. Somente na disciplina *Sexualidade e Orientação Sexual: educação, cultura e transformação social*, ofertada no curso de Pedagogia da UNISUL, estão presentes, de modo evidente e inequívoco, questões elencadas no contexto histórico dos anos 2000 em diante pelas políticas públicas e pelos movimentos sociais feministas e pela diversidade sexual (LGBT) com a inclusão, na ementa, de palavras referentes à orientação sexual ao citar a temática LGBT e homofobia que vincula temáticas sobre os movimentos sociais feministas e LGBT e suas relações com a sexualidade e diversidade sexual. Cabe também demarcar que a preocupação com outras categorias sociais como classe e raça/etnia aparece explicitamente apenas na ementa dessa disciplina ofertada na UNISUL.

Na tentativa de localizar a palavra-chave sexualidade nas disciplinas oferecidas nos cursos de graduação das IES, identificamos três disciplinas, todas obrigatórias, que nomeamos como disciplinas gerais, que trazem o termo sexualidade na ementa e na bibliografia de um modo bem específico dentro do campo da saúde. Uma das disciplinas ofertada no curso de Pedagogia da UNIPLAC é denominada *Higiene e Programas de Saúde do Escolar*; sua ementa de 60h trata da “[...] saúde do escolar [...] priorizando as doenças sexualmente transmissíveis, *sexualidade* e o uso indevido de drogas.” (ECOS, 2008, p. 31). Já as outras duas disciplinas localizadas são ofertadas no curso de Pedagogia da UNIBAVE: *Fundamentos Neurobiológicos da Aprendizagem* com 30h que em parte da ementa afirma tratar da “A *sexualidade* em diferentes fases da vida” e a *Estudos Teórico-práticos do Ensino*

de Ciências com 60h que em parte da ementa insere a palavra sexualidade sendo ela “Metodologia de ensino de Ciências: conceituação e importância [...] Aprofundamento de temas das áreas das Ciências: Ambiente, matéria, seres vivos, questões ambientais contemporâneas, corpo humano, *sexualidade*, transformações dos recursos materiais e energéticos.” (ECOS, 2008, p. 32).

Numa análise breve é possível evidenciar que a disciplina ofertada no curso de Pedagogia da UNIPLAC denominada *Higiene e Programas de Saúde do Escolar* direciona a sexualidade dentro do campo da saúde já em seu título amplo. Essa concepção é explicitada na ementa quando traz a sexualidade como uma questão de desenvolvimento biológico e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis junto, inclusive, à prevenção ao uso de drogas; além disso, traz em sua Bibliografia Básica¹¹ referências que ratificam essa visão conservadora e biologicista. Já ao analisar as duas disciplinas ofertadas no curso de Pedagogia da UNIBAVE denominadas *Higiene e Programas de Saúde do Escolar* e *Fundamentos Neurobiológicos da Aprendizagem* é possível observarmos já em seus títulos, como também nas ementas, uma concepção de sexualidade vinculada com o desenvolvimento biológico e a programas de saúde. O que se destacou na segunda disciplina *Fundamentos Neurobiológicos da Aprendizagem* foi a presença da referência ao material didático que aponta uma visão crítico-emancipatória *Gênero e Diversidade na escola* (BRASIL, 2009c)¹² que pode estar presente na condução da disciplina. Na disciplina cujo campo de conhecimento é Ciências, a sexualidade é apenas um dos itens de uma longa lista, mas cujo foco é o ensino de ciências e metodologias correlatas.

Em pesquisa realizada sobre sexualidade nos cursos de licenciatura a partir de um mapeamento realizado nas universidades, nas cinco regiões brasileiras, Rizza, Ribeiro e Mota (2018, p. 14) afirmam que a presença da temática da sexualidade nos cursos apresenta ainda marcas da construção histórica em relação a esse conceito:

Essa centralidade/visibilidade que a sexualidade foi adquirindo ao longo dos tempos tem uma história. Sendo assim, ela vem sofrendo modificações, as quais podem ser percebidas também através das ementas, por exemplo, com as temáticas que passam a ser temas de debate com relação à sexualidade. Por volta da década de 80, quando a sexualidade passou a ser discutida em várias instâncias sociais, dentre elas a escola, foi com a preocupação em combater as doenças, dentre elas a Aids e as demais Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). O foco estava, portanto, sobre a materialidade biológica e o risco a doenças.

Os dados quanto à presença da sexualidade nos cursos de formação inicial em Pedagogia nas IES comunitárias de Santa Catarina revelam que essas perspectivas, que tiveram um forte investimento por parte de ações governamentais, com o objetivo de estimular projetos com esse foco sobre a saúde, cuidados com o corpo e a prevenção, ainda afetam e repercutem nas discussões sobre a sexualidade no âmbito educacional.

GÊNERO NA FORMAÇÃO INICIAL EM PEDAGOGIA

Dando continuidade as análises apresentaremos na sequência os dados das disciplinas ofertadas nos cursos de Pedagogia que trazem a temática gênero como centralidade. No Quadro 3 reunimos a única disciplina obrigatória e uma disciplina optativa - com suas ementas – localizadas no conjunto das IES investigadas que oferecem disciplinas com conteúdos específicos sobre gênero.

Quadro 3 – Disciplina específica com a palavra-chave Gênero no título e na ementa

(continua)

IES	Nome da disciplina	Ementa	2014	2018	Complemento
UNISUL	Cotidiano escolar: Relações de gênero e profissão docente 60h obrigatória	História do movimento feminista. Mulheres, o acesso à educação e a feminização do magistério. Mulher, sexo e gênero. Divisão sexual do trabalho. Masculinidades e feminilidades no cotidiano educativo. Diferenças e aprendizagem. Gênero, família e escola. Pesquisas sobre gênero e educação básica. O lugar do corpo nos processos educativos. Os espaços do recreio e da educação física sob o olhar de gênero	Sim	Sim	Currículo novo em 2013 vigente até 2018 com duas disciplinas de 60h cada, sendo a outra sobre sexualidade analisada anteriormente.
UNOCHAPECÓ	Gênero, Cultura e poder 45h optativa	A construção das desigualdades entre os gêneros. Movimento histórico, político e cultural do feminismo. Contribuição do feminismo na luta contra modelos opressores de sujeição e de regulação pessoal e social. Desconstrução de práticas androcêntricas e conservadoras no âmbito social - foco central na escola. Novas políticas da masculinidade.	Sim	Não	No currículo novo de 2018 foi retirada.

Quadro 3 – Disciplina específica com a palavra-chave Gênero no título e na ementa

(conclusão)

UNOCHAPECÓ	Temas Transversais no Seminário individual de avaliação	Educação e Classe Social; Educação e Trabalho; Educação e Etnia (raça); Educação e Geração; Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Educação Profissional; Educação do/no campo; Educação e Gênero; Educação e Sexualidade.	Sim	Não	Havia 10 temas para escolha de um, entre eles sexualidade e gênero; no currículo novo de 2018 foi retirada.
------------	---	--	-----	-----	---

Fonte: Elaborado por Cruz e Buss-Simão (2019).

Numa primeira aproximação aos dados do quadro podemos afirmar que a presença da temática gênero em apenas uma disciplina obrigatória na UNISUL no conjunto das 14 IES revela uma grande ausência dessa discussão no âmbito da formação inicial na maioria dos cursos de Pedagogia do estado. Outro dado relevante é também a presença de apenas uma disciplina optativa que, ainda assim foi excluída do curso de Pedagogia da UNOCHAPECÓ, não mais fazendo parte do currículo quando do levantamento realizado no ano de 2018. Esse dado contrasta com os dados da pesquisa realizada nos cursos de Pedagogia do Brasil por Unbehaun, Cavasin e Gava (2010, p. 9) em que evidenciaram que “[...] na maior parte delas a disciplina é oferecida na modalidade “optativa”, não sendo obrigatória [...]”; no caso das IES comunitárias catarinenses, nem disciplinas optativas são ofertadas.

Um olhar mais atento ao conteúdo dos títulos das disciplinas e das ementas que tratam gênero, revela que, assim como em algumas das disciplinas sobre sexualidade, que a preocupação com os movimentos sociais feministas está novamente presente nos conteúdos da ementa da disciplina obrigatória ofertada pelo curso de Pedagogia da Unisul: *Cotidiano escolar: relações de gênero e profissão docente* e também nas duas disciplinas optativas do curso de Pedagogia da UNOCHAPECÓ: *Gênero, Cultura e Poder* e *Temas Transversais no Seminário individual de avaliação*.

Uma disciplina intitulada *Educação e movimentos sociais* (obrigatória de 36h) foi localizada em 2014 e 2018 no site da UNOCHAPECÓ, mas não inserida nos quadros aqui apresentados, pois nada continha na ementa mas sim em sua bibliografia uma referência aos movimentos feministas¹³, sinalizando que a UNOCHAPECÓ, de algum modo, expressava em disciplinas diferentes as preocupações com a sexualidade em campos epistemológicos distintos sobre sexualidade. Havia disciplinas, como analisadas anteriormente, sobre sexualidade infantil ancoradas em concepções de educação sexual biologizante ou não, desvinculadas de gênero como também sexualidade e gênero em disciplinas vinculadas aos movimentos feministas e à cultura.

De forma ainda que restrita ao campo do gênero, sem cruzamentos interdisciplinares no currículo como um todo, a disciplina *Cotidiano escolar: relações de gênero e profissão docente*, oferecida no curso de Pedagogia da UNISUL insere em sua ementa, de forma bem detalhada a preocupação com relações de gênero e trabalho docente com o conteúdo Mulheres, o acesso à educação e a feminização do magistério, o que foi possível observar também na bibliografia básica e complementar eleita. A questão mais política do trabalho docente e das professoras dentro da história da educação e, a necessidade de se discutir a carreira docente nos cursos de Pedagogia como afirma André (2010), aparece com ênfase na disciplina oferecida no curso de Pedagogia da UNISUL pautada por uma perspectiva de gênero. Inclui até mesmo a temática da feminização que data do início do século XX (CHAMON, 2005) mas persiste no século XXI, como nos afirmam Gatti, Barreto e André (2011) e discussões posteriores sobre as masculinidades na profissão.

Assim como procedemos com a palavra-chave sexualidade, na tentativa de localizar, mais amplamente, disciplinas que contivessem nas ementas a palavra gênero, realizamos a busca em todas as disciplinas dos cursos de Pedagogia das IES investigadas. Nesse processo, foram localizadas disciplinas obrigatórias com temáticas mais amplas sendo elas *Educação e Antropologia Cultural, Educação e Diversidades, Sociologia, Estudos multiculturais; Diversidade e educação inclusiva; Construção da ação docente; Antropologia da Educação; Estudos culturais e antropológicos; Diversidade Educação; Currículo e planejamento*. Em suas ementas, mencionam a palavra-chave gênero que apresentaremos no Quadro 4 que segue.

Quadro 4 – Disciplinas gerais com a palavra-chave Gênero na ementa

(continua)

IES	Nome da disciplina	Ementa	2014	2018	Complemento
FURB	Educação e Antropologia Cultural 45h Obrigatória Renomeada Educação e Diversidades 72h Obrigatória	2014: [...] Identidade e Diferenças na escola: família, etnia, religião e gênero . 2017: Diversidades e intolerâncias. Diversidade Cultural Religiosa, Igualdade de Gênero e Diversidade Sexual , questões Étnico-raciais e Direitos Humanos.	sim	sim	Já havia em 2014 mas no currículo novo em 2017 retirou o termo Antropologia Cultural e adota o termo Diversidades.
UNIARP	Sociologia 60h Obrigatória	[...] Categorias sociológicas: classe social, partido político, Estado, poder, ideologia, alienação, trabalho, gênero , raça e cultura.	sim	sim	O currículo de 2012 continua em 2018.

Quadro 4 – Disciplinas gerais com a palavra-chave Gênero na ementa

(conclusão)

UNC	Estudos multiculturais 60h Obrigatória	[...] Questões e tensões no cotidiano: gênero , raça, orientação sexual e religião.	sim	sim	Já havia em 2007 e 2013; em 2016 foi revalidada passando a incluir gênero e orientação sexual.
UNIVILE	Diversidade e educação inclusiva 72h Obrigatória	Diversidade – étnico racial, educação de gênero , educação do campo e indígena	sim	sim	Já havia em 2014 e foi revalidada no novo currículo implementado em 2017 sem mudanças
UNIDAVI	Construção da ação docente 90h Obrigatória	[...] Trabalho docente e relações de gênero.	sim	sim	Já havia em 2014 e seguiu renovado em 2018
UNOESC	Antropologia da educação 45h Obrigatória Renomeada Estudos culturais e Antropológicos 40h Obrigatória	2014: [...] etnia, gênero , identidade, cultura, diversidade, sistemas de parentesco para 2018: [...] Gênero. Sexo e sexualidade ; [...]. Relações Étnico-Raciais, Ensino de História e Cultura Afro Brasileira, Africana e Indígena.	Sim	sim	Já havia em 2014 mas em 2018 mudou de nome acrescentando novos elementos
UNOESC	Diversidade e Educação 80h Obrigatória	Diversidade cultural e suas implicações: [...] A educação escolar e as diversidades; Gênero, classe e etnia.	Não	Sim	Currículo novo iniciado em 2018
UNIBAVI	Sociologia 30h Obrigatória	[...] Pluralismo cultural. Relações de gênero. Relações étnico-raciais. Sustentabilidade. Direitos Humanos.	Não	Sim	Currículo novo iniciado em 2017
UNIBAVI	Currículo e planejamento 30h Obrigatória	[...] Direitos humanos, diversidade étnico-racial, discussões sobre gênero	Não	Sim	Currículo novo iniciado em 2017

Fonte: Elaborado por Cruz e Buss-Simão (2019).

Numa primeira aproximação aos dados do quadro podemos afirmar que aumenta, significativamente, a presença da palavra-chave gênero quando, como recorte, definimos as ementas de disciplinas. Enquanto no Quadro 3 localizamos somente uma disciplina obrigatória que trazia a palavra gênero no título e na ementa, aqui, nesse Quadro 4, foram localizadas um conjunto de 9 (nove) disciplinas obrigatórias ofertadas em 7 (sete) IES (FURB; UNIARP; UNC; UNIVILE; UNIDAVI; UNOESC e UNIBAVE) das 14 IES analisadas.

Do conjunto de disciplinas que reunimos, com exceção de duas mais ligadas ao campo da educação como *Currículo e planejamento* e *Construção da Ação Docente*, as demais expressam um diálogo com a Antropologia e a Sociologia. Nas ementas é possível observar que a palavra gênero é mais recorrentemente acompanhada de palavras (outros marcadores sociais) como: direitos humanos, identidade, diferenças, família, etnia, étnico-racial, classe, religião e diversidade. Termos afins com sexualidade aparecem três vezes sendo eles “diversidade sexual”, “orientação sexual”, “sexo e sexualidade”. Apesar dessas presenças poderíamos arriscar afirmar que essa configuração revela uma presença da categoria gênero como formalidade vazia, junto a outros marcadores sociais. Nas disciplinas que citam a categoria gênero na ementa, acompanhada de categorias como classe, etnia e geração, voltamos nosso olhar para a bibliografia básica; todavia não localizamos referências sobre a temática indicada, o que pode revelar seu caráter retórico ou, novamente, a dependência de algum/a professor/a disponível para incluí-la, de fato, nas discussões. De modo geral, aqui nos deparamos com o campo da Antropologia e para onde foram destinados todos os conteúdos da diversidade cultural aos quais a temática gênero teve sua história acoplada, na medida em que se foi transformando/ampliando o conceito de inclusão e seus múltiplos sentidos (aliás, conceito com significados sempre controversos, mas que foge ao escopo desse artigo) e que são tratados de modo abrangente e superficial nos cursos, como: raça, etnia, deficiência, terceira idade (ou com geração) entre outros.

Tal inserção demonstra adequação às políticas educacionais e que está presente nas ementas de disciplinas mais gerais, mas não se pode deduzir, necessariamente, que essas temáticas sejam efetivamente trabalhadas na formação inicial nos cursos de Pedagogia dados os possíveis distanciamentos entre professoras/es alocados para as disciplinas e formação para ministrá-las, mas já é um passo importante rumo à igualdade de gênero.

Outra ponderação necessária é que ao cruzar os dados encontrados nas ementas com as bibliografias indicadas nos planos de ensino das disciplinas ofertadas nos cursos de Pedagogia, observamos que, em quatro disciplinas, vinculadas a três IES (UNOESC, UNIVILLE e FURB) a palavra gênero aparece nos conteúdos das ementas mas não está articulada com bibliografias básicas correspondentes, o que revela a presença da palavra sem qualquer protagonismo desse conteúdo. Na disciplina *Estudos Multiculturais* ofertada no curso de Pedagogia da UNC há esse exercício de articulação, que não deixa de ter seu mérito dentro da ideia da interdisciplinaridade e inclui livros sobre gênero/mulheres nas bibliografias básicas a serem trabalhadas, a exemplo do livro *Reiventando a sociedade na*

América Latina – Gênero, cultura, política, exclusão e capital social de Marcello Baquero (2001). Com relação às disciplinas que tratam das relações sociais ligadas à Antropologia, Sociologia ou Psicologia, desenvolvidas nos cursos de Pedagogia, pensamos que podem e devem promover a discussão sobre as relações de gênero e sexualidade na sociedade, mas ressaltamos apenas a ainda ausente literatura sobre a educação básica e também a educação infantil relativa à temática de gênero e sexualidade, onde, inclusive, já há extensa produção na área educacional a ser estudada pelos/as estudantes das licenciaturas.

Podemos dizer que essa forma genérica de incorporação da temática é, por muitos, considerada politicamente correta ou legalmente correta, já que oficialmente se pode dizer que os cursos contemplam a multiplicidade do sujeito. Mas se considerarmos a autonomia relativa que se tem em sala de aula, o/a professor/a escolherá para, além da bibliografia básica e obrigatória e, dentro do tempo possível, os conteúdos que considera, a seu ver, necessários, entre tantos marcadores sociais. Nessa discussão podemos elencar as visões em disputa que ainda permeiam o campo da educação, mais especificamente das licenciaturas, sobre o papel do professor/a e a ideia de educação de um sujeito integral, já apontada no início do texto aqui presente, visões que, por um lado, apresentam a necessidade de conhecimento na formação inicial docente sobre determinados aspectos identitários e relacionais do sujeito, e outra que privilegia os conteúdos específicos do campo educativo, que até questionam a incorporação de mais conteúdos relacionais dos cursos de Pedagogia (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011), atribuindo à família e à sociedade a formação geral dos sujeitos. Claro que entre as duas concepções aqui situadas, talvez estereotipadas em demasia, haja muitas nuances que merecem uma reflexão em outro momento. No embate podemos situar, inclusive, os conceitos de qualidade na educação tão bem problematizados por Stromquist (2007), que podem tanto ser atribuídos ao simples acesso, permanência e conclusão, ou à qualidade da vivência escolar e a todo o leque de possibilidades humanas decorrentes do respeito à diferença necessário ao desenvolvimento social e emocional do/da estudante.

Nas ementas das disciplinas ofertadas nos cursos de Pedagogia da UNOESC e da FURB o que parece ser levado em conta é que se concebe um sujeito (pedagoga/o) multifacetado dentro de uma visão centrada na Antropologia e cultura. Já na ementa da disciplina ofertada no curso de Pedagogia na UNIVILLE, por outro lado, parece haver uma ambiguidade entre o título e a ementa, não se tem clareza se a inclusão trata do sujeito especial em suas articulações de raça, gênero etc ou se, a partir de uma visão da diferença em geral, se busca pensar todas as inclusões.

Na disciplina ofertada no curso de Pedagogia UNIDAVI observamos uma forma diferenciada e original na disciplina *Construção da ação docente*, ao privilegiar dentro da ementa o conteúdo *Trabalho docente e gênero*, única referência de gênero na disciplina. Inclusive, pudemos verificar no sítio da universidade que essa disciplina em 2008 se chamava *Educação Intercultural* e possuía somente 68 h, e que, a partir de 2013, passa a ser denominada de *Construção da ação docente* e amplia sua carga horária para 90h. Por outro

lado, se pensarmos em conteúdos afetos diretamente à carreira docente, e, portanto, conteúdos que dizem respeito à construção identitária do/a pedagogo/a, como temáticas ligadas ao trabalho docente e dentro dele, um resgate pela história da educação e a construção do magistério (principalmente da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental) como uma profissão de mulheres e feminina, a inserção da temática ainda é muito incipiente. Ao procurarmos essa preocupação nos cursos a encontramos apenas em uma das disciplinas ofertada em uma única IES, cabendo um repensar sobre essa temática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises aqui apresentadas sobre a presença e ausência de conteúdos de gênero e sexualidade nos cursos de formação inicial de Pedagogia nas IES vinculadas ao Sistema ACADE no estado de Santa Catarina revela que há mais ausências do que presenças, o que é um alerta, ainda mais em um momento histórico de perda de direitos sociais e crescimento da onda conservadora e fundamentalista que tem, nas questões de gênero e sexualidade, seu alvo principal.

O protagonismo da temática gênero e sexualidade em disciplinas nas quais os termos fazem parte tanto do título como da ementa da disciplina se dá somente em 3 (três) universidades. Quando a busca se deu pela palavra sexualidade, ela aparece apenas em 3 (três) universidades (UNIDAV; UNIARP e UNISUL) das 14 IES pesquisadas. Já quanto a presença da temática gênero, tanto no título como na ementa da disciplina, localizamos apenas uma disciplina obrigatória na UNISUL no conjunto das 14 IES.

Os conteúdos relativos a temática gênero e sexualidade localizados, nas 14 instituições pesquisadas, expressam-se de modo diferenciado, tanto em relação aos conteúdos definidos, quanto ao grau de protagonismo (entendido aqui como centralidade e importância) que ocupam nos cursos de formação inicial: oscilam desde a presença em disciplinas com título, ementa e bibliografia correspondentes, articulando conteúdos inseridos no campo de estudos de gênero, até em disciplinas abrangentes com citações das palavras-chave na ementa ou apenas na bibliografia da disciplina.

Para finalizar, deixamos aqui uma nota concordando com Unbehaun, Cavasin e Gava (2010), de que se faz urgente uma formação para lidar com questões culturais (como as de gênero, homofobia, sexismo), já na graduação, de modo a ajudar o/a jovem profissional a iniciar na carreira com olhar sensibilizado para essas questões. Também, para que ocorra, de fato, a incorporação de uma educação em sexualidade e gênero no projeto político pedagógico das creches, pré-escolas e escolas a formação docente é fundamental. As creches, pré-escolas e escolas podem se constituir como espaços de novas práticas de sociabilidades se houver políticas voltadas para que os conteúdos nos percursos formativos relativos à diversidade e incorporação de uma educação em sexualidade e gênero, desafios contemporâneos da educação brasileira, coloquem a formação inicial como importante

estratégia para a consolidação de um sistema de ensino com qualidade e na luta contra a discriminação.

REFERÊNCIAS

ACAFE. **Estatuto registrado sob o nº 008932**, às fls. 241, Livro A-42, no dia 06/01/2004, no Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas Florianópolis, SC, 2004.

ANDRÉ, M. E. D. A. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. **Educação**, Porto Alegre, v. 33, p.174-181, 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/8075>. Acesso em: 17 mar. 2017.

BAQUERO, M. **Reinventando a sociedade na América Latina: gênero, cultura, política, exclusão e capital social**. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

BARLETTO, M.; LOPES, M. D. F.; BEVILACQUA, P. D. A disciplina educação e gênero no curso de pedagogia. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS*, 9., 2010, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2010. p. 1-8. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278296068_ARQUIVO_barletto_completo.pdf. Acesso em: 10 set. 2015.

BRASIL. **3º Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa Pensando Gênero e Ciência 2013a** (a ser realizado nos dias 12 a 13 de novembro, organizado por SPM/PR, CNPq, MCTI, SECADI/MEC, MDA, IPEA). Disponível em: http://www.spm.gov.br/pensando_genero_e_ciencias/. Acesso em: 29 out. 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Decreto de Lei n. 13.005, de 25 junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, n. 120- A, p. 01, 26 jun. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, 2004**. 2004. Disponível em: <http://www.uel.br/projetos/leafro/pages/arquivos/DCN-s%20-%20Educacao%20das%20Relacoes%20Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: SEPPIR: MEC/SECAD, 2009a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&Itemid=30192. Acesso em: 12 ago. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 1 de 15 de maio de 2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia. 2006a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010 (*)** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Pesquisa sobre discriminação e preconceito no ambiente escolar: principais resultados**. São Paulo: INEP, 2009c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>. Acesso em: 29 out. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC: SEB: DICEI, 2013b Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 24 fev. 2015.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2006b. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf. Acesso em: 28 nov. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013c. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/brasil_2013_pnpm.pdf. Acesso em: 28 nov. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. Pensando Gênero e Ciência. **Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa – 2005/2006 Brasília**. II Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa, 2009b. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/>. Acesso em: 29 out. 2013.

CARREIRA, D. (coord.). **Informe Brasil: Gênero e Educação: Ação Educativa**. São Paulo: Ação Educativa, 2011. Edição revista 2013. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2013/10/gen_educ.pdf. Acesso em: 15 maio 2018.

CARREIRA, D. **Igualdade e diferenças nas políticas educacionais: a agenda das diversidades nos governos Lula e Dilma**. 2015. 508 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão

educacional. **Tempo social**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 195-233, abril. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035>. Acesso em: 05 maio 2019.

CARVALHO, M. P. de. Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 554-574, 2.sem. 2001.

CARVALHO, M. P. de. O conceito de gênero no dia a dia da sala de aula. **Revista de Educação Pública**, Mato Grosso, v. 21, n. 46, p. 401-412, set. 2012. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/416>. Acesso em: 12 set. 2015.

CARVALHO, M. P. de. O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça. **Cadernos pagu**, Campinas, n. 22, p. 247-290, 2004.

CFEMEA. **Prioridade para as políticas para as mulheres**. Orçamento temático. Orçamento Mulher. 2011. Disponível em: http://www9.senado.gov.br/portal/page/portal/orcamento_senado/PS_ORCMULHER/Execucao. Acesso em: 12 dez. 2012.

CHAMON, M. L. **Trajatória de feminização do magistério**: ambiguidades e conflitos. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica: FCH-FUMEC, 2005. 180 p. v. 1.

CLAM. Centro latino-americano em sexualidade e direitos humanos. **Por que o gênero assusta tanto?** 30 abr. 2014. Disponível em: <http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=11528>. Acesso em: 20 mai 2014.

CONAE 2014: **Conferência Nacional de Educação**: documento – referência. Fórum Nacional de Educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta, [2013]. 96 p. 2013.

ECOS. Comunicação em sexualidade. **As políticas de educação em sexualidade no Brasil**. 2003 a 2008. Relatório levantamento dos currículos em pedagogia. São Paulo: ECOS: Comunicação em Sexualidade: Fundação Ford, 2008. (mimeo).

FERNANDES, F. B. M. **A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. 2011. 422 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

FONSECA, M. V.; SILVA, C. M. N.; FERNANDES, A. B. **Relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2011.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. de S.; ANDRÉ, M. E. D. de A. **Políticas docentes no Brasil**: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011. 297 p.

GATTI, B. A.; NUNES, M. M. R. (org.). **Formação de professores para o ensino fundamental**: estudos das licenciaturas em pedagogia, língua portuguesa, matemática e ciências biológicas. São Paulo: FCC/DPE, 2009.

GAUDIO, E. S. **Relações sociais na educação infantil**: dimensões étnico-raciais, corporais e de gênero. 2013, 242 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

GOMES, N. L. (org.). Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

LAPLANE, A. L. F.; PRIETO, R. G. Inclusão, diversidade e igualdade na CONAE 2010: perspectivas para o novo Plano Nacional de Educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 919-938, set. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302010000300014&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 12 set. 2015.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: escola sem partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016. Disponível em: <https://www.publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 20 out. 2017.

OLIVEIRA, F.; ABRAMOWICZ, A. Infância, raça e “paparicação”. **Educação em Revista**, v. 26, n. 2, p. 209-226, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000200010&lng=en&nrm=iso Acesso em: 12 set. 2015.

ORLANDI, R.; SWIDERSK, R. M. da S.; ELIAS, A. Da igualdade de gênero ao amordaçamento da docência? *In*: ABUD, C. R. **Relações de gênero da Escola**. Rio de Janeiro: Dictio Brasil, 2017. p. 137-171.

PESSOA DE CARVALHO, M. E.; RABAY, G.; MORAIS, A. B. A. de. Pensar o currículo da educação superior da perspectiva da equidade e transversalidade de gênero e do empoderamento das mulheres: uma breve introdução. **Revista Espaço do Currículo**, v. 6, n. 2, p. 317-327, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/17153>. Acesso em: 20 out. 2017.

REPROLATINA. **Estudo qualitativo sobre a homofobia no ambiente escolar em 11 capitais brasileiras**. Relatório Técnico Final, 2011, 70 p. Disponível em: http://www.reprolatina.org.br/site/html/atividades/downloads/escola_sem_homofobia/Relatorio_Tecnico_Final.pdf. Acesso em: 15 out. 2013.

RIZZA, J. L.; RIBEIRO, P. R. C.; MOTA, M. R. A. A sexualidade nos cursos de licenciatura e a interface com políticas de formação de professores/as. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 44, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v44/1517-9702-ep-44-e176870.pdf>. Acesso em: 05 maio 2019.

ROHDEN, F. Gênero, sexualidade e raça/etnia: desafios transversais na formação do professor. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p.157-174, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/278>. Acesso em: 23 jun. 2016.

SILVA, K. **Currículo, gênero e identidade na formação de professores de professores/as**. 2011. 195f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

SOARES, A. G. **A inserção de disciplinas de gênero em cursos de Pedagogia de Faculdades de Educação: caminhos e desafios em três universidades federais em Minas Gerais**. 2018. 169 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2018.

SOUSA, L. P. de; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, ago. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200123&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 out. 2017.

STROMQUIST, N. P. Qualidade de ensino e gênero nas políticas educacionais contemporâneas na América Latina. **Educação e Pesquisa**, v. 33, n. 1, p. 13-25, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/28033>. Acesso em: 23 jun. 2016.

UNBEHAUM, S.; CAVASIN, S.; GAVA, T. Gênero e sexualidade nos currículos de pedagogia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: DIÁSPORAS, DIVERSIDADES, DESLOCAMENTOS, 9., 2010, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2010. p. 1-10. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278171100_ARQUIVO_Gen_Sex_Curric_Ped_ST19_FG9.pdf. Acesso em: 10 set. 2015.

VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 27, n. 95, p. 407-428, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 jun. 2006.

VIDAL, D. Gênero e sexualidade: mapeando as igualdades e diferenças entre os sexos e suas relações com a educação. **Educação Grandes Temas**, São Paulo, v. 2, p. 24-33, mar. 2008.

VIEIRA, L. M. F. Obrigatoriedade escolar na educação infantil. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 9, p. 245-262, jul./dez. 2011.

AUTORIA:

* Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Contato: taniamara.cruz@gmail.com

** Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Contato: marcia.buss@ufsc.br

COMO CITAR ABNT:

CRUZ, T. M.; BUSS-SIMÃO, M. Presenças e ausências de gênero e sexualidade na formação inicial em pedagogia das IES comunitárias de Santa Catarina. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 21, p. 1-29, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8660223>. Acesso em: 02 ago. 2021.

Notas

- ¹ Art. 1º A Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE, pessoa jurídica de direito privado, é uma associação civil, sem fins lucrativos, criada em dois de maio de um mil novecentos e setenta e quatro, em Assembléia Geral dos dirigentes das fundações educacionais criadas no Estado de Santa Catarina por lei dos Poderes Públicos Estadual e Municipais, com o objetivo de congregar e integrar as entidades mantenedoras do ensino superior no Estado de Santa Catarina. (ACAFE, 2004).
- ² Agradecemos à cessão do Relatório de Pesquisa ECOS (2008) por Sandra Unbehaun da Fundação Carlos Chagas.
- ³ Além disso, constatamos, numa busca rápida, utilizando a palavra-chave “comunitárias”, no campo da educação, na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) apenas quatro pesquisas sobre essas instituições superiores, sendo que, em nenhuma delas, a questão de gênero e sexualidade foi investigada nessas instituições.
- ⁴ A **Associação Catarinense das Fundações Educacionais – ACAFE** é uma sociedade civil sem fins lucrativos que congrega as fundações educacionais, criadas no Estado de Santa Catarina por lei pelos poderes públicos (estadual e municipais) e congrega 16 instituições, sendo que a pesquisa foi realizada em 14 delas, com a exclusão da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, estadual) e do Centro Universitário São José (USJ, municipal), devido ao fato de serem públicas e gratuitas, o que implica em um perfil diferenciado em muitos sentidos.
- ⁵ A forma de busca dos dados foi acesso ao *site* de cada uma das 14 IES que oferecem o curso de Pedagogia: UNIDAVI; UNIARP; UNESC; UNISUL, UNOCHAPECÓ; UNC, UNIBAVE; UNOESC; FURB; UNIVILE; UNIPLAC; UNIFEBE; CATÓLICA/SC e UNIVALE.
- ⁶ Agradecemos à participação de João Fabrício Guimara Somariva no levantamento inicial da pesquisa nos sites das IES em 2014.
- ⁷ Mais especificamente a partir de 1997 com a publicação dos PCNs. Estamos, desconsiderando aqui, a longa história de Educação Sexual na Educação brasileira, conforme retrospectiva de Vidal (2008).
- ⁸ Nunca produzidas.
- ⁹ Conforme definem Orlandi, Swiderski e Elias (2017) essa expressão pauta-se na “[...] descontextualização, simplificação e depreciação dos estudos de gênero, os quais foram ironicamente rebatizados como ‘Ideologia de Gênero’, sendo os professores comprometidos com a garantia do direito humano à educação sexual acusados de ‘doutrinação ideológica’ de seus alunos [...]”, ainda segundo as autoras, é uma iniciativa perpetrada “[...] por legisladores que advogam por neutralidade e proteção da ‘família tradicional’ (leia-se heteronormativa, cisgênero e com filhos). Contudo, o fazem a partir de posicionamentos marcadamente conservadores, sendo tais legisladores, em grande parte, representantes de igrejas pentecostais, evangélicas ou católicas.” (ORLANDI; SWIDERSKI; ELIAS, 2017, p. 138).
- ¹⁰ A ECOS - Comunicação em Sexualidade é uma organização não-governamental com 20 anos de atuação que tem como objetivo erradicar as discriminações relativas a gênero, orientação sexual,

idade, raça/etnia, existência de deficiências, classe social. O órgão fez um levantamento dos currículos de Pedagogia de todo o Brasil para verificar a ausência de conteúdos de gênero e sexualidade nos currículos de formação inicial de professoras/es de 2003 a 2008.

¹¹ Conforme site no plano de ensino encontramos a **Bibliografia Básica:**

BIDDULPH, S. **Criando meninos**. 2. ed. rev. Santo André, SP: Fundamento Educacional, 2014.

BIDDULPH, S. **Criando meninas**. Santo André, SP: Fundamento Educacional, 2014.

GERALDO, A. C. H. **Didática de ciências naturais na perspectiva histórico-crítica**, 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

¹² Conforme site, na **Bibliografia Básica** não localizamos nenhuma referência, todavia aparece no item: **Outras Bibliografias: BRASIL. Gênero e Diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Brasília: SPM, 2009.

¹³ Conforme site, a referência no plano de ensino encontramos: CINELLI, C.; CONTE, I. I. Mulheres camponesas construindo sua identidade feminista. **Fazendo Gênero 9**, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, UFSC, Florianópolis, 23 a 26 de agosto de 2010.